



<http://www.catalao.go.gov>.  
[secomcatalao@gmail.com](mailto:secomcatalao@gmail.com)

TACIANE.PAULA\*

**PROTOCOLO:** 2019013363 **Autuação** 15/04/2019 **Hora:** 15:25  
**Interessado:** MARPA TERRAPLENAGEM LTDA.  
**C.G.C.:** 21.580.476/0001-19 **Data**  
**N.** **PROT.** -  
**Valor:** R\$ -  
**Assunto:** LICITAÇÃO  
**SubAssunto:** OUTROS  
**Comentário:** PROCESSO Nº 2019003771  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019.  
**SubAssunto:** PROTOCOLO

<b>PROTOCOLO</b>	2019013363	<b>Autuação</b>	15/04/2019	<b>Hora</b>	15:25
<b>Interessado:</b>	MARPA TERRAPLENAGEM LTDA.				
<b>C.G.C.:</b>	21.580.476/0001-19	<b>Fone:</b>	(31)99832-9359		
<b>Endereço:</b>	Nº 249	<b>Bairr</b>	VL MAFALDA		
<b>N.</b>		<b>Data</b>		<b>PROT.</b>	-
<b>Valor:</b>	R\$ -				
<b>Assunto:</b>	LICITAÇÃO				
<b>SubAssunto:</b>	OUTROS				
<b>Comentário:</b>	PROCESSO Nº 2019003771 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019.				
<b>SubAssunto:</b>	PROTOCOLO				

AO ILUSTRÍSSIMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES DO  
MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO – SR. LUIS SERVERO BRAGA GOMIDES, POR  
INTERMÉDIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
– SR. NIREMBERG ANTÔNIO RODRIGUES ARAÚJO.

Processo nº 2019003771

Concorrência Pública nº 001/2019

**MARPA TERRAPLENAGEM LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.580.476/0001-19, estabelecida na Rua Professor Francisco Victor Rodrigues nº 249 – andar 01, Sl.03, Setor Central, Catalão-Go, CEP 75701-130, neste ato representado pelo Sr. **Felipe Augusto Arcanjo Pedrosa**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 2027717, expedido pela SSP-ES e do CPF nº 063.024.616-50, residente e domiciliado na Rua Ercílio de Lima nº 231, Casa 03, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 75709-170, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, vem, respeitosamente, com fundamento no item 14.2 do instrumento convocatório c/c artigo 109, I, “a” da Lei Federal nº 8.666/93, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que **HABILITOU** as empresas **ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA. e ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, proferida em sessão ocorrida em 08/04/2019 em certame licitatório cujo objeto é a contratação de serviços padronizados de pavimentação asfáltica – recapeamento com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) – ( e=3cm), atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Catalão, pelos motivos a seguir alinhavados.

**I – DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO.**

O Edital da Concorrência Pública nº 001/2019 assim estabelece acerca dos Recursos:

**14.2.** Das decisões e atos da Comissão de Licitação as partes poderão interpor os recursos previstos na Lei 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

**Art. 109.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura de ata, nos casos de: a) habilitação ou inabilitação do licitante; b) julgamento das propostas; c) anulação ou revogação da licitação; d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 desta Lei; f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa; II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico; III - pedido de reconsideração de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do Art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato. § 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para s casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata. § 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis. § 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato

*recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.*

**14.3.** *Os recursos deverão ser formalizados por escrito a autoridade superior (Secretário Municipal de Transportes), por intermédio da que praticou o ato recorrido (Presidente da Comissão de Licitação), a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade, devendo ser protocolado por escrito junto ao Setor de Protocolo da prefeitura de catalão, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.*

A decisão equivocada que determinou a habilitação das concorrentes **ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA. e ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.** foi proferida na sessão realizada em 08/04/2019.

Pelos dispositivos acima mencionados caberá recurso dos atos da administração no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata nos casos de habilitação da licitante.

Sendo protocolizada o presente Recurso nesta data, 15/04/2019 em razão de decisão errônea de habilitação de licitantes, restam demonstrados o seu cabimento e sua tempestividade, devendo o mesmo ser recebido e analisado pela autoridade competente.

## **II – DOS FATOS.**

Ao dar continuidade no certame licitatório – Concorrência Pública nº 001/2019, o presidente da CPL, equivocadamente, decidiu, após analisar os documentos apresentados, por habilitar as empresas **ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA. e ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**



Entretanto, estas licitantes não atenderam os requisitos insculpidos no Edital conforme se verificará adiante, motivo pelo que a decisão anteriormente proferida deve ser reformada para que seja realizada diligência pelo Presidente da CPL e, após, inabilitar as empresas concorrentes, o que desde já se requer.

### **III – DO DIREITO.**

#### **III.I – DA HABILITAÇÃO EQUIVOCADA DA EMPRESA ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

De forma equivocada, o Presidente da CPL também deliberou pela habilitação da empresa **ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, a qual, deixou de apresentar o Contrato Social em vigor conforme exigido no instrumento convocatório.

Vejam os o que o edital pede:

**9.2.5. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;**

Ao analisar o balanço patrimonial apresentado, **é possível verificar a discriminação de informação referente a matriz e filiais, as quais não constam no Contrato Social apresentado, o qual foi registrado na JUCEG em 21/07/2017, ou seja, no período mencionado no balanço elaborado por profissional devidamente registrado no CRC.**

Impende ressaltar que o ato convocatório não exigiu a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial, onde seria possível verificar as últimas informações registradas pela sociedade comercial.

Logo, para dirimir a controvérsia noticiada, deve ser realizada diligência junto ao órgão competente – JUCEG, para que a mesmo informe se houve, ou não, alteração no registro da sociedade da empresa ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, o que desde já se requer.

Sobre a possibilidade de realização de diligência pela Comissão Permanente de Licitações, a Lei nº 8.666/93 assim disciplina:

*“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

*(...)*

**§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

Tal medida se faz imprescindível para a condução regular e legal deste processo, uma vez que, na hipótese da empresa ser habilitada de maneira equivocada, não poderá o Presidente, na fase de propostas, desclassificá-la por motivos referentes aos documentos exigidos para a fase de habilitação.

É o que dispõe o parágrafo quinto do art. 43 da Lei de Licitações e Contratos:

**§ 5º Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.**

A promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber

ao pregoeiro o encaminhamento de ***“diligências às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas.”***

Assim se posicionou o TCU em situações semelhantes:

*“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)”*

*“Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)”*

Convém enaltecer o peso dado as decisões do TCU, que tem caráter coercitivo para sua aplicação conforme disposição sumular:

**SÚMULA 222 - As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

Sendo assim, é inconteste a necessidade de realização de diligência pelo condutor do certame para a busca da proposta mais vantajosa para a administração de maneira a balizar suas deliberações, inclusive, sobre a habilitação de licitantes, devendo o mesmo averiguar junto a JUCEG acerca de alteração social envolvendo a empresa ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Foi consignado ainda de maneira expressa a possibilidade de realização de diligências, bem ainda que a ausência de documento contido no ato convocatório ensejaria a inabilitação da empresa, conforme cláusulas 11. 7 e 11.15:

*11.7. Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante. **Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, estas serão consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, mediante ofício ou publicação nos órgãos oficiais.***

(...)

*11.15. **Será inabilitada ou desclassificada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste Edital e seus anexos.***

Caso adote entendimento diverso ao disposto no edital, a administração deverá ANULAR o certame, nos termos do Artigo 49 da Lei nº 8.666/93, abrindo processo administrativo para apuração da conduta do servidor que deu causa ao suposto erro do edital.

Pelo exposto, requer-se que seja realizada diligência junto a Junta Comercial do Estado de Goiás pela Comissão Permanente de Licitações para que seja averiguada a existência de posterior alteração no contrato social da licitante ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, e caso seja confirmada

tal situação, seja o recurso provido para que a decisão de habilitação seja reformada e a empresa seja declarada INABILITADA no presente certame.

### III.II – DA HABILITAÇÃO EQUIVOCADA DA EMPRESA ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA.

Para fins de habilitação no certame, o edital previu para comprovação de qualificação técnica, no item 8.4.4 que a participante apresente **Licença Ambiental de Operação** em nome da licitante, no caso de ser proprietária da usina que fornecerá o material betuminoso ou, na hipótese de não ser proprietária da empresa fornecedora do produto. Senão vejamos:

**9.4. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:**

(...)

**9.4.4. Apresentar Licença Ambiental de Operação da usina que fornecerá o Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) em nome da licitante, caso seja proprietária de tal equipamento, juntando para isso as Notas Fiscais ou documento equivalente que comprove a propriedade da mesma OU, caso a licitante não seja a proprietária da usina, que esta apresente uma declaração formal expedida pela proprietária da usina que fornecerá o Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) à licitante devidamente assinada por seu representante legal, a fim de comprovar a disponibilidade para o fornecimento do produto no prazo e condições estipulados no Termo de Referência (ANEXO I), devendo ainda, junto à esta declaração, apresentar Licença Ambiental de Operação - em nome da proprietária da usina que emitir a declaração a favor da licitante e, ainda, as Notas Fiscais ou documento equivalente que comprove a propriedade da mesma – Lei Federal 9.638/81 e Resolução CONAMA de nº 006 de 04 de janeiro de 1986.**

A empresa **ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA** apresentou em fls. 089, "Declaração" onde a empresa EGP (EMPRESA GLOBAL DE



PROJETOS E OBRAS LTDA) informa que se a participante se tornar vencedora da Concorrência 001/2019, realizará o fornecimento de massa asfáltica para o devido trabalho.

Em fls.090/092 foi acostado a **LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA** emitida em favor da empresa declarante com vigência até 27/03/2023 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão – SEMMAC, juntamente com a Nota Fiscal demonstra a propriedade da usina pela empresa EGP -EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.

Depreende-se da licença emitida que a mesma é regida pela Instrução Normativa nº 001/2016 da SEMMAC, que regulamenta as tipologias de autorizações ambientais e assim conceitua as licenças emitidas:

*“Art. 3º No contexto do processo administrativo e de licenciamento ambiental, caberá ao órgão ambiental municipal competente, expedir os seguintes atos administrativos:*

*(...)*

***X – Licença de Operação: Ato administrativo que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para operação, especialmente o cumprimento da obrigação inerente à compensação ambiental. Os empreendimentos passíveis de LO, estão listados no Anexo I desta Instrução Normativa. O prazo de validade da Licença de Operação deverá ser de 04 (quatro) anos.***

*(...)*

***XIII – Licença de Operação Corretiva: Ato administrativo que regulariza empreendimentos em operação que ainda não solicitaram o licenciamento ambiental. As mesmas regras do procedimento de instalação e de operação devem ser seguidas, observadas as***



*especificidades temporais, incluindo-se a obrigatoriedade de pagamento da taxa devida na fase de LP, LI e LO.”*

Verifica-se também do Anexo I da aludida normativa, o qual instrui esta peça recursal, **a obrigatoriedade de emissão de licença de operação para as atividades desenvolvidas pela Declarante.**

**Pelos dispositivos citados verifica-se nitidamente que a futura fornecedora da massa asfáltica à licitante habilitada ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA., NÃO POSSUI LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO DA USINA, como exigido no ato convocatório.**

A IN nº 001/2016 da SEMMAC estabelece a diferença entre **LICENÇA DE OPERAÇÃO** e **LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA**, destacando que esta última **é emitida nos casos em que não houve solicitação de licenciamento ambiental pelo estabelecimento.**

**Restá, portanto, demonstrado que o documento apresentado em fls. 090/092 evidenciam a inexistência de licença ambiental por parte da proprietária da usina, como exigido no Edital da Concorrência nº 001/2019, devendo, por tal razão, a empresa ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA. ser INABILITADA por não atender o exigido pelo instrumento que rege o certame.**

A decisão de habilitar a empresa concorrente desta recorrente foi no mínimo equivocada, precipitada e obviamente ilegal, devendo ser revista sob pena de flagrante ilicitude e até passível de tipificação como um crime de licitações conforme preconiza a legislação infraconstitucional.

A Lei de Licitações, Lei Federal 8666/93 estabeleceu limites para a Administração prover o processo licitatório:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar**, nos atos de convocação, cláusulas ou competitivos e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (...) **condições que comprometam, restrinja ou frustrem o seu caráter competitivo (...)**

Neste caminho, no mesmo diploma legal, tipificou os crimes de licitações:

“Art. 90. **Frustrar ou fraudar**, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, **o caráter competitivo do procedimento licitatório**, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”

Ainda nesta égide, cabe ressaltar que o princípio básico da licitação pública é a capacidade de maior abarcar soluções amplas às necessidades da Administração promovendo a ampla competição no processo licitatório, visando à busca da melhor proposta para o erário público.

Sobre o tema observe os comentários do Professor Marçal JUSTEN FILHO, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª edição, Ed. Dialética, onde destaca:

**“o princípio da competitividade ou oposição, indicando a necessidade de serem as cláusulas editalícias singelas e compatíveis com o objeto da licitação, com fins a se proporcionar à disputa entre interessados, visando o atendimento da finalidade primordial de todo procedimento licitatório, que é a obtenção da proposta mais vantajosa.”**

No caso em comento, **verifica-se que a exigência para fins de qualificação técnica contida no Edital da Concorrência Pública nº 001/2019 NÃO foi atendida pela empresa ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA.**

Assim, o caráter competitivo do certame foi frustrado e as determinações legais foram descumpridas visto que não se pode habilitar um licitante sem amparo técnico e legal, sendo este entendimento consolidado pela jurisprudência e pela doutrina.

Toda licitação deverá obedecer aos princípios que norteiam o processo licitatório e no caso vertente, alguns deles não foram respeitados quando da prolação da decisão determinando a habilitação da empresa LCP SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI-EPP.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório nas palavras de Maria Sylvia Zanella di Pietro (Maria Sylvia Zanella di Pietro, Curso de Direito Administrativo, 12ª Edição) **“exige que todo o processo licitatório se submeta às regras que forem especificamente baixadas para a licitação anunciada, sob a forma de edital ou de convite”**, isso quer dizer que o processo da licitação deve respeitar as normas dispostas no edital ou no convite.

Já o princípio da seleção da proposta mais vantajosa está subentendido no princípio do julgamento objetivo, que faz com que a **Administração Pública se apoie em fatores concretos nos seus julgamentos**, ou seja, se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas.

O princípio da isonomia ou igualdade tem seu fundamento constitucional no art. 5º e no 37, XXI. Ele obriga a Administração Pública **a tratar todos os administrados de maneira semelhante, isto quer dizer, em igualdade de condições.**

O Edital previu expressamente a necessidade de apresentação de Licença Ambiental de Operação por parte da fornecedora de massa asfáltica, o que não foi objeto de impugnação e, dessa forma, se fez regra para cumprimento para fins de julgamento do processo.

Assim, conforme entendimento da doutrina, como bem expõe Diógenes Gasparini, o que foi observado quando da elaboração do Edital:

**“cabe então, à administração Pública licitante exigir, apenas, a comprovação dos elementos indispensáveis à execução do objeto licitado.** Só o que, nesse sentido, for pertinente pode ser exigido, sem por óbvio, ultrapassar o rol máximo das exigências consideradas nos mencionados incisos do art. 30 da Lei Federal das Licitações e Contratos da Administração Pública. (GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. Ed. Saraiva. 1999 e *Licitações e Contratos*. Ed. Saraiva. 1998).

Deste modo, não pode o Presidente da CPL do Município de Catalão descumprir a legislação pátria e o próprio edital convocatório, de forma a afrontar os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, julgamento objetivo e o da vinculação ao instrumento convocatório, visto que, a empresa habilitada **NÃO**

atendeu perfeitamente o todos os itens do edital, O QUE ENSEJA SUA INABILITAÇÃO.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União manifestou sobre orientações básicas para procedimentos licitatórios:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

LICITAÇÕES E CONTRATOS - Orientações básicas:

• DELIBERAÇÕES TCU-Acórdão 628/2005 Segunda Câmara:

Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993.

• **Princípio do Julgamento Objetivo**

Esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório, mesmo que em benefício da própria Administração. (grifo nosso)

• **Princípio da Impessoalidade**

Esse princípio obriga a Administração a observar nas suas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos da licitação. (grifo nosso)

• **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.**



**Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.**

Oportuno ressaltar que a administração não poderá adotar qualquer entendimento ou jurisprudência contrário ao que exigiu o edital, em expresse respeito ao princípio constitucional da LEGALIDADE previsto no caput do art. 37.

Destarte, a habilitação da empresa concorrente – **ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA** foi um ato arbitrário, desarrazoado, e consequentemente ilegal, pois conforme demonstrado não atendeu as exigências editalícias e, assim, **deverá ser inabilitada para por questões de direito e legalidade.**

Logo, utilizando-se a administração da sua prerrogativa de autotutela, não necessitando de discussão judicial do certame é que se requer a reforma da decisão proferida, aqui impugnada para que a empresa **ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA** seja INABILITADA.

#### **IV - DOS PEDIDOS.**

Por todo o exposto, requer-se a V. Sa., o recebimento e provimento do presente Recurso Administrativo para que seja realizada diligência junto a JUCEG para se averiguar a eventual existência de alteração social da empresa ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA e, caso seja, confirmada tal informação que seja a decisão reformada para INABILITAR a licitante participante, bem ainda que seja declarada também inabilitada a empresa concorrente ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA por não terem atendidos as exigências contidas no edital que rege a Concorrência Pública nº 001/2019, em nítida afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.





## **MARPA TERRAPLENAGEM LTDA**

Ato contínuo requer também notificação das demais licitantes para apresentação de contrarrazões nos termos insculpidos pela legislação que rege a matéria.

Por oportuno, esclarece-se que os órgãos de fiscalização externa serão informados do protocolo do presente recurso, em especial o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e Ministério Público Estadual, para que tomem ciência da ilegalidade contida na decisão impugnada.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Goiânia, 15 de abril de 2019.

**MARPA TERRAPLENAGEM LTDA**

**CNPJ 21.580.476/0001-19**

MARPA

**12ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL**

**MARPA TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO VAREJISTA DE  
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**

**CNPJ: 21.580.476/0001-19 – NIRE: 52204667391**

Ementa: Alteração do Quadro Societário  
Alteração do Objeto Social  
Alteração da Denominação Social  
Alteração de Endereço da Sede  
Extinção de Filial

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados:

**VANDERLEIA NASS**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 26/10/1978 na cidade de Salto do Lontra-PR, portadora da cédula de identidade RG nº 584.270 SSP/RO expedida em 31/05/1995 e CPF nº 639.228.512-15, residente e domiciliada na Rua 27, nº 1162 - Bairro: Vila Margon III, CEP: 75713-060, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, e

**FAP PARTICIPAÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, brasileira, constituída legalmente por Ato Constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº. 52600582101, inscrita no CNPJ sob o nº. 28.993.738/0001-16, com sede na Rua Nassin Agel, nº 399, Centro, CEP 75701-050, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, neste ato representado por seu titular **Sr. FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/07/1985, na cidade de Vitória-ES, portador da cédula de identidade RG 2027717 - SSP/ES, Registro na CNH 03276781876 DETRAN/MG e CPF 063.024.616-50, residente e domiciliado na Rua Ercílio de Lima, nº 231, Casa 03, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 75709-170, na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, com denominação social **MARPA TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ: 21.580.476/0001-19, estabelecida na Av. João XXIII, nº. 338, Setor Central, CEP 75701-485, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás - GO, sob o NIRE nº 52204667391, resolve de comum acordo alterar e consolidar, conforme suas disposições contratuais como segue:

**Clausula 1ª – DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO – SAÍDA DE SÓCIO**

Nesta data retira-se da sociedade **VANDERLEIA NASS**, acima qualificada, possuidora de 1% (um por cento) das quotas de capital social no valor de 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do País, vende e transfere a sua totalidade a sócia remanescente **FAP PARTICIPAÇÕES EIRELI**, devidamente aqui representada por **FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**, sendo que a sócia retirante **VANDERLEIA NASS** declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, dando-lhe plena, geral, rasa e irrevogável quitação, ficando expressamente determinado que a sócia retirante se desligue da sociedade livre e desembaraçado de qualquer dívida ou responsabilidade.

Uso Exclusivo da Junta Comercial

1/6



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2019 09:21 SOB Nº 20180649256.  
PROTOCOLO: 180649256 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11900553409. NIRE: 52204667391.  
MARPA TERRAPLENAGEM LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/02/2019  
[www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br)

Parágrafo Único: A sócia cessionária, em virtude das modificações ora realizada assume o ATIVO e PASSIVO da sociedade a partir da data de assinatura deste instrumento.

### Clausula 2ª – DA ALTERAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa que permanece inalterado é de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (Um milhão e quinhentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, que por meio desta alteração contratual, fica distribuído da seguinte forma:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR
FAP Participações EIRELI	100%	1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
Total	100%	1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00

Parágrafo Único: Nos termos do artigo 1033, IV, da Lei 10.406/02 (Código Civil), a sociedade permanecerá unipessoal, devendo recompor seu quadro societário no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução.

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

### Clausula 3ª - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A sociedade terá como objetivo: SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM (43.13/4-00), SERVIÇOS DE ENGENHARIA (71.12/0-00, CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (41.20/4-00), COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS (38.11/4-00), PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS (42.11/1-01), OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS (42.13/8-00), SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRENO (43.19/3-00), SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO (43.99/1-99), TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL (49.30/2-01), TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL (49.30/2-02), LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA TERRAPLENAGEM SEM OPERADOR E ALUGUEL DE CAMINHÃO SEM MOTORISTA (77.19/5-99), ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (77.32/2-01), PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS (42.11/1-02), CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (42.12/0-00), CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (42.21/9-01), CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO (42.22/7-01), OBRAS DE IRRIGAÇÃO (42.22/7-02), CARGA E DESCARGA (52.12/5-00).

### Clausula 4ª – DA ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade limitada altera neste ato a sua denominação social para: MARPA TERRAPLENAGEM LTDA.

### Clausula 5ª – DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE

A sociedade altera neste ato o endereço da sede para a Rua Professor Francisco Victor Rodrigues nº 249 – Andar 01, Sala 03, Setor Central, Cidade de Catalão, Estado de Goiás, CEP: 75701-130, podendo, entretanto abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional, com ou sem capitais autônomos para os fins devidos.

Uso Exclusivo da Junta Comercial

2/6



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2019 09:21 SOB Nº 20180649256.  
PROTOCOLO: 180649256 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11900553409. NIRE: 52204667391.  
MARPA TERRAPLENAGEM LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/02/2019  
[www.portaldoeempreendedorgoiiano.go.gov.br](http://www.portaldoeempreendedorgoiiano.go.gov.br)

#### **Clausula 6ª – DA EXTINÇÃO DE FILIAL**

A empresa decide neste ato extinguir a Filial localizada no endereço: **Rua Coimbra, nº. 01, Bairro Setor Dona Matilde, CEP 75.706-735, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, registrada sob o NIRE nº 52900737525 e CNPJ: 21.580.476/0002-08.**

Em razão da modificação ora ajustada, consolida-se o Contrato Social, com a seguinte redação:

#### **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

##### **MARPA TERRAPLENAGEM LTDA.**

**CNPJ: 21.580.476/0001-19 – NIRE: 52204667391**

**FAP PARTICIPAÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, brasileira, constituída legalmente por Ato Constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº. 52600582101, inscrita no CNPJ sob o nº. 28.993.738/0001-16, com sede na Rua Nassin Agel, nº 399, Centro, CEP 75701-050, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, neste ato representado por seu titular **Sr. FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/07/1985, na cidade de Vitória-ES, portador da cédula de identidade RG 2027717 - SSP/ES, Registro na CNH 03276781876 DETRAN/MG e CPF 063.024.616-50, residente e domiciliado na Rua Ercílio de Lima, nº 231, Casa 03, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 75709-170, na cidade de Catalão, Estado de Goiás; e

**Cláusula 1ª** – A sociedade gira sob a denominação social de **MARPA TERRAPLENAGEM LTDA.**

**Cláusula 2ª** – A sociedade tem sede e domicílio na Rua Professor Francisco Victor Rodrigues nº 249 – Andar 01, Sala 03, Setor Central, Cidade de Catalão, Estado de Goiás, CEP: 75701-130, podendo, entretanto estabelecer filiais, agências, sucursais ou representações e outros pontos no território nacional.

**Cláusula 3ª** – O Capital Social é de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, distribuído da seguinte forma:

<b>SÓCIO</b>	<b>%</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>VALOR</b>
FAP Participações EIRELI	100%	1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
Total	100%	1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00

**Parágrafo Único:** Nos termos do artigo 1033, IV, da Lei 10.406/02 (Código Civil), a sociedade permanece unipessoal, devendo recompor seu quadro societário no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução.

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

3/6

Uso Exclusivo da Junta Comercial



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2019 09:21 SOB Nº 20180649256.  
PROTOCOLO: 180649256 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11900553409. NIRE: 52204667391.  
MARPA TERRAPLENAGEM LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/02/2019  
[www.portaldoeempreendedorgoiiano.go.gov.br](http://www.portaldoeempreendedorgoiiano.go.gov.br)



**Cláusula 4ª** – A sociedade tem como objeto social: SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM (43.13/4-00), SERVIÇOS DE ENGENHARIA (71.12/0-00), CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (41.20/4-00), COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS (38.11/4-00), PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS (42.11/1-01), OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS (42.13/8-00), SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRENO (43.19/3-00), SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO (43.99/1-99), TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL (49.30/2-01), TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL (49.30/2-02), LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA TERRAPLENAGEM SEM OPERADOR E ALUGUEL DE CAMINHÃO SEM MOTORISTA (77.19/5-99), ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (77.32/2-01), PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS (42.11/1-02), CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (42.12/0-00), CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (42.21/9-01), CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO (42.22/7-01), OBRAS DE IRRIGAÇÃO (42.22/7-02), CARGA E DESCARGA (52.12/5-00).

**Cláusula 5ª** – A sociedade iniciou suas atividades em 17 de dezembro de 2014 e sua duração é por tempo indeterminado.

**Cláusula 6ª** – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço de direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula 7ª** – No caso de um dos sócios desejarem retirar-se da sociedade, deverá comunicar a sociedade esta sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, devendo fazê-la por carta com a ciência do outro, e as quotas só poderão ser transferidas a terceiros com anuência por escrito do outro sócio, cabendo o direito de preferência ao outro sócio na sua aquisição, os haveres ou prejuízos do sócio retirante será apurada na oportunidade através de balancete, que será pago ou suportado em 10 (dez) parcelas sucessivas.

**Cláusula 8ª** – A administração da sociedade é exercida por **FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**, acima qualificado, representante da sócia **FAP PARTICIPAÇÕES EIRELI**, assinando isoladamente, com poderes gerais para representar a empresa ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**Cláusula 9ª** – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**Cláusula 10ª** – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

4/6

Uso Exclusivo da Junta Comercial



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2019 09:21 SOB Nº 20180649256.  
PROTOCOLO: 180649256 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11900553409. NIRE: 52204667391.  
MARPA TERRAPLENAGEM LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/02/2019  
[www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br)

**Cláusula 11ª** – Os sócios dispensam as publicações de qualquer espécie de reuniões ou alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembleias conforme determina o art. 1072, 1º, 2º e 3º da Lei 10.406/2002.

**Cláusula 12ª** – Cabe ao representante da sócia **FAP PARTICIPAÇÕES EIRELI, Sr. FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**, responsável pela Administração da Empresa efetuar uma retirada mensal a título de Pro Labore e/ou dividendos de acordo com a legislação vigente e a conveniência da empresa e dos sócios.

**Parágrafo Único:** O valor da retirada de Pró Labore ou dividendos serão determinados de acordo com a capacidade financeira da sociedade e dos resultados apurados pela mesma.

**Cláusula 13ª** – A sociedade poderá ser dissolvida por comum acordo entre os sócios, ou pelos casos previstos em Lei especialmente os dispostos do Artigo 1.033 do novo Código Civil, devendo o Patrimônio Líquido ser distribuído aos sócios de acordo com o percentual de cada um no Capital Social.

**Cláusula 14ª** – O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado para admissão ou exclusão de sócios e aumento de Capital Social ou reformado no tocante a administração social por deliberação dos sócios representando 100% (Cem por cento) do Capital Social.

**Cláusula 15ª** – Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais assumidas pela empresa, sendo que o sócio majoritário assume qualquer ação trabalhista que por ventura vier ocorrer.

**Cláusula 16ª** – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de suas quotas será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, da data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único** – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação de seu sócio.

**Cláusula 17ª** – O administrador da sociedade declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula 18ª** – Os casos omissos no presente instrumento serão regidos pela Lei 10.406/2002 e supletivamente pelas disposições aplicáveis a espécie, das quais têm pleno conhecimento ambos os sócios que elas sujeitam, como se cada uma delas se fizesse aqui especial menção.

**Cláusula 19ª** – Fica eleito o foro da comarca da cidade de Catalão Estado de Goiás para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

5/6

Uso Exclusivo da Junta Comercial



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2019 09:21 SOB Nº 20180649256.  
PROTOCOLO: 180649256 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11900553409. NIRE: 52204667391.  
MARPA TERRAPLENAGEM LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/02/2019  
[www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br)



E por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento em 01 (uma) via que será assinada por todos os sócios, sendo que tal documento fica arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Catalão - GO, 07 de Dezembro de 2018

Felipe Augusto Arcanjo Pedrosa  
Administrador

Vanderléia Nass  
Sócia Retirante

FAP PARTICIPAÇÕES EIRELI  
Representada por seu titular:  
Felipe Augusto Arcanjo Pedrosa

CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELIONATO 2º DE NOTAS DE CATALÃO-GO  
CNPJ: 02.713.014/0001-88 TABELIÃO: MAURO RIBEIRO SAMPAIO  
AV. RAULINA FONSECA PASCHOLD, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-480 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (64) 3441-2503 - FAX: (64) 3442-6014

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:  
**FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**  
Dou Fé. Em testemunho ( ) da verdade.  
Catalão - GO, 04 de janeiro de 2019.

Luciano de Oliveira Freitas - Escrevente  
Selo Digital: 01111809041226094609400  
Selo em: <http://extrajudicial.tgo.jus.br> Emolumentos: R\$ 1,79 Total: R\$ 1,79 - ISSQN: 0,00  
"Válido somente com selo de autenticidade"  
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELIONATO 2º DE NOTAS DE CATALÃO-GO  
CNPJ: 02.713.014/0001-88 TABELIÃO: MAURO RIBEIRO SAMPAIO  
AV. RAULINA FONSECA PASCHOLD, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-480 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (64) 3441-2503 - FAX: (64) 3442-6014

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de **FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**, que assina por **FAP PARTICIPAÇÕES EIRELI - EPP**  
Dou Fé. Em testemunho ( ) da verdade.  
Catalão - GO, 04 de janeiro de 2019.

Luciano de Oliveira Freitas - Escrevente  
Selo Digital: 01111809041226094609400  
Selo em: <http://extrajudicial.tgo.jus.br> Emolumentos: R\$ 1,79 Total: R\$ 1,79 - ISSQN: 0,00  
"Válido somente com selo de autenticidade"  
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

CARTÓRIO DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTO E TABELIONATO 2º DE NOTAS DE CATALÃO-GO  
CNPJ: 02.713.014/0001-88 TABELIÃO: MAURO RIBEIRO SAMPAIO  
AV. RAULINA FONSECA PASCHOLD, Nº 1.780 - CENTRO - CEP 75701-480 - CATALÃO-GO - TELEFONE: (64) 3441-2503 - FAX: (64) 3442-6014

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:  
**VANDERLEIA NASS**  
Dou Fé. Em testemunho ( ) da verdade.  
Catalão - GO, 09 de janeiro de 2019.

Bel. Mauro Ribeiro Sampaio - Tabelião  
Selo Digital: 01111809041226094609864  
Selo em: <http://extrajudicial.tgo.jus.br> Emolumentos: R\$ 4,36 Fundos Est.: R\$ 1,79 Total: R\$ 6,15 - ISSQN: 0,00  
"Válido somente com selo de autenticidade"  
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

Uso Exclusivo da Junta Comercial

6/6



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2019 09:21 SOB Nº 20180649256.  
PROTOCOLO: 180649256 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11900553409. NIRE: 52204667391.  
MARPA TERRAPLENAGEM LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/02/2019  
[www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação

# AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO DIGITAL

A Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 certifica que em 06/02/2019, foi realizado para a empresa MARPA TERRAPLENAGEM LTDA, o registro de eventos para sua(s) filiais(s), conforme segue:

Protocolo	Arquivamento	Ato/Evento	Nire	CNPJ	Endereço
180649256	20180649256	002 / 025	52900737525	21.580.476/0002-08	Rua coimbra, 01



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2019 09:21 SOB Nº 20180649256.  
PROTOCOLO: 180649256 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11900553409. NIRE: 52204667391.  
MARPA TERRAPLENAGEM LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/02/2019  
[www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br)